



A PESQUISA CIENTÍFICA COMO PRÁTICA SOCIAL DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES

Scientific research as a social practice of resistance for women

Vanessa Thomas Becker¹

Nariel Diotto²

Tiago Anderson Brutti³

Sirlei de Lourdes Lauxen⁴

Resumo: O presente artigo visa demonstrar a importância da pesquisa científica como prática social de resistência, principalmente para as mulheres que, dentro do meio acadêmico, foram silenciadas e inferiorizadas, devido a uma cultura essencialmente patriarcal. Por meio de pesquisa bibliográfica e realizando a análise de figuras com dados estatísticos, buscou-se demonstrar a condição histórico-cultural das mulheres, subjugadas em virtude do gênero, partindo para a análise da necessidade de práticas de resistência com o objetivo de promoção da equidade. Por fim e usando de dados estatísticos, foram demonstradas as disparidades entre os gêneros dentro da academia, fundadas no sexismo, que impedem que a mulher atinja em grau de igualdade a mesma produtividade que o gênero masculino.

Abstract: This article aims to demonstrate the importance of scientific research as a social practice of resistance, especially for women who, within the academic environment, were silenced and inferiorized, due to an essentially patriarchal culture. Through bibliographic research and analyzing graphs with statistical data, we sought to demonstrate the historical-cultural condition of women, subjugated by virtue of gender, starting with the analysis of the need for resistance practices in order to promote equity. Finally, using statistical data, gender gaps within the academy were demonstrated, based on sexism, which prevent women from achieving the same productivity on an equal level as men.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Pesquisa. Prática social. Resistência.

Keywords: Gender inequality. Search. Social practice. Resistance.

¹ Discente do curso de Direito, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. Bolsista do projeto PACT – Por uma epistemologia feminista no ensino do direito: o reconhecimento das relações desiguais de gênero para a promoção da justiça social. E-mail: vanessa.tbecker@hotmail.com

² Discente do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Especializanda em Ensino da Filosofia (UFPEL). Discente em disciplinas isoladas do Mestrado em Direito (UFPR). Especialista em Direito Constitucional (FCV). Advogada voluntária do Mapa do Acolhimento e da Rede de Apoio Jurídico Nós Seguras. Bolsista Capes. Voluntária do projeto PACT – Por uma epistemologia feminista no ensino do direito: o reconhecimento das relações desiguais de gênero para a promoção da justiça social. Advogada. E-mail: nariel.diotto@gmail.com.

³ Pesquisador do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos – GPJUR. Coordenador do projeto PACT – Por uma epistemologia feminista no ensino do direito: o reconhecimento das relações desiguais de gênero para a promoção da justiça social. Doutor em Educação nas Ciências – Unijuí. Docente do Curso de Graduação em Direito e do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br.

⁴ Doutora em Educação pela UFRGS, com Estágio pós-doutoral em Educação pela UFRGS/Unilisboa. Bolsista PNPd/CAPEs. Mestre em Educação pela UPF e Graduada em Pedagogia - Orientação Educacional/Unijuí. Docente do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Coordenadora do Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares – LEPSI, Cruz Alta, Brasil. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo remete a uma discussão sobre a condição sociocultural da mulher na história, principalmente em relação a sua participação na pesquisa científica, que foi construída predominantemente com a participação do gênero masculino, exteriorizando a desigualdade de gênero e o sexismo que as mulheres sempre foram submetidas. Nesse sentido, o presente trabalho visa estimular a superação da opressão que existe na construção da ciência, que limitou a participação da mulher como sujeito produtor de conhecimento.

O objetivo geral deste estudo é promover a rediscussão teórica e prática da condição feminina, por meio de um resgate da participação das mulheres na pesquisa, dos hábitos culturais e da construção da igualdade de gênero. Assim, inicialmente, foi realizado um estudo a respeito do contexto sociocultural das mulheres e das constantes desigualdades e, em seguida, foi analisada a importância da pesquisa científica para as ciências sociais e a participação feminina na pesquisa científica.

O estudo do tema é de grande relevância, pois possibilita que, no âmbito da academia, haja estímulos à pesquisa pelas mulheres, além da formação de sujeitos que visem a influenciar e a incentivar essa participação, reduzir as desigualdades, promover a inclusão e estabelecimento das mulheres no espaço público.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados na construção deste estudo, que se apresenta como uma pesquisa social, destaca-se o uso da abordagem qualitativa, tendo em vista que este procedimento sistemático contribui para a explicação dos fenômenos, a partir da construção teórica do estudo científico (FREITAS; PRODANOV, 2013). Em relação às finalidades, esta pesquisa é exploratória, a qual tem como objetivo a análise de um problema e a construção de hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico e análise de exemplos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Tendo em vista que o presente estudo foi pautado pela pesquisa bibliográfica na busca da compreensão de um fenômeno social, qual seja, o silenciamento das mulheres na produção do conhecimento científico, o procedimento exploratório visa a aproximação teórica do fenômeno investigado, de modo que a pesquisa seja concebida com maior compreensão e precisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contexto sociocultural das mulheres

O processo de opressão da mulher foi construído ao longo de milênios, a história da humanidade demonstra que a figura feminina sempre ocupou uma situação inferior em relação à masculina. Para Platão e Aristóteles, as mulheres eram seres inferiores aos homens e destituídas de razão, emotivas e pouco racionais e organizadas, servis à procriação e afazeres domésticos e que deveriam ser educadas pelos maridos. Tal discurso, dois mil anos depois, também foi defendido por Rousseau (FERRAZ, 2009).

A Igreja, no Renascimento, declarou que “a mulher seria um ser naturalmente inferior ao homem” (CELMER, 2015, p. 20). Assim, tem-se que nossa sociedade é culturalmente patriarcal, naturalizando a subordinação feminina e exaltando a figura do homem. Nesse sentido, para o patriarcalismo perdurar “foi necessário organizar o poder paterno na família e apoiá-lo numa ideologia que enfatizasse uma hierarquia extrema entre os sexos, legitimando o exercício do poder masculino” (PETERSEN, 1999, p. 20). Assim, foi a hierarquização da família, um motivo relevante para que perdurasse a subordinação do gênero feminino.

Ademais, que as relações de gênero presentes na sociedade patriarcal compreendem que “o órgão sexual determina as funções sociais. Dessa forma, a sociedade constrói uma identidade social, que é construída através dos distintos papéis que são atribuídos a homens e a mulheres” (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 3). E isso engloba a fragilização do feminino, que remete à mulher o adjetivo de *sexo frágil*. Em decorrência dessas questões, iniciaram-se as discussões em torno do conceito de *gênero*, visando refletir sobre as representações sociais construídas sobre o masculino e o feminino, evidenciando as formas de opressão masculina e a consequente submissão feminina, tanto no âmbito público quanto no privado e foi, a partir de então, que ocorreram tentativas individuais, buscando a ruptura da submissão e opressão feminina.

[...] ainda na época da Revolução Francesa, Olympe de Gouges se manifestou em favor dos direitos femininos e da isonomia entre homens e mulheres. Ela redigiu em 1791, sob influência do clima de reivindicação de liberdades criado pela Revolução Francesa, um documento denominado Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, que contesta a concepção de igualdade adotada na prática durante a Revolução; seria uma igualdade masculina, que não abrangeria as mulheres, afastando-as como sujeitos dos direitos exigidos pelos revolucionários (SIQUEIRA, 2015, p. 331).

Contudo, foi no século XIX que as reivindicações referentes aos direitos femininos começaram a surgir de maneira mais ampla e estruturada, com a criação de entidades coletivas e o surgimento de demandas uniformes, bem como de esforços teóricos para dar sustentação às cobranças políticas relacionadas à condição sociocultural das mulheres. Então, é nesse momento que eclode o movimento denominado feminismo, que até na contemporaneidade é atuante e fundamental na luta pela garantia dos direitos das mulheres (GARCIA, 2011).

As representações da mulher e as ideologias dominantes de gênero colocaram-na em uma posição subalterna e secundária, não só nas relações domésticas de gênero propriamente ditas, como, sobretudo, nas relações sociais, políticas, econômicas e trabalhistas. Quando se discute relações de gênero, há, na verdade, uma discussão sobre o poder, pois “as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal” (COSTA, 2000, p. 38).

O reconhecimento social das mulheres como intelectuais foi (e continua sendo) um desafio para o equilíbrio nas relações de gênero. Nos currículos escolares, nas universidades, no ambiente político, etc., a conquista pelo espaço das mulheres foi um caminho longo e cheio de lutas. Há uma reduzida valorização das mulheres na vida acadêmica e sua participação na história da construção do conhecimento, sendo necessária que sua participação seja enfatizada, a fim de quebrar padrões sociais de gênero impostos. Nesse cenário, na seção seguinte, será delineado o contexto da pesquisa científica na contemporaneidade e a importância de situar a prática da pesquisa científica como forma de resistência, principalmente pela inclusão de mulheres nesse meio que ainda é, predominantemente, marcado pela presença masculina.

3.2 A importância da pesquisa científica como prática de resistência

A ciência e a pesquisa são caracterizadas pela busca metódica das explicações de fatos e da compreensão exaustiva da realidade, usando informações colhidas a partir da observação, ou de outros recursos de colheita de dados. A pesquisa, desse modo, reconhece o saber acumulado na história e se investe do interesse de aprofundar a análise e fazer novas descobertas a favor da vida humana. O alcance do conhecimento verdadeiro requer que o pesquisador abdique de meras opiniões e busque o fundamento da verdade e o sentido da realidade (CHIZZOTTI, 2014). Nesse sentido, a pesquisa é uma busca sistematizada de informações “com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, [...]”

contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou em problemática específica” (CHIZZOTTI, 2014, p. 19).

A pesquisa, assim, visa explicar e justificar a existência de determinado conhecimento. Logo, pressupõe diferentes teorias ou visões de mundo que em diversas áreas do conhecimento moldam a atividade investigativa, possibilitando o seu desenvolvimento. Assim “[...] a substância da pesquisa está em ter-se um tema, colocar-se uma questão que centralize nossas incessantes buscas de esclarecê-lo sempre melhor, de entendê-lo em suas sempre novas dimensões e desdobramentos” (MARQUES, 2001, p. 141). Ainda, a pesquisa é descrita como algo contínuo, ao ponto que “não se esgota nunca, por isso, a pesquisa, não se conclui de todo, exigindo, isto sim, um suceder de etapas encadeadas, sinais de que não se está parado” (MARQUES, 2001, p. 141).

Na área das ciências sociais e humanas, a pesquisa é de grande relevância, vislumbrando a construção do conhecimento e sua capacidade de intervenção nas transformações que ocorrem na sociedade. A ciência é uma forma articulada de conhecimentos, um paradigma que representa a concretização do movimento das ideias na produção do conhecimento, no qual cada área traduz o modo como homem se relaciona com seu ambiente. Sobre a importância das Ciências Sociais:

Potencializa-se assim, o papel das ciências humanas e sociais na formação profissional das diversas áreas do conhecimento, revelando o valor e relevância destas no momento atual; a concentração de esforços no sentido de produção de conhecimentos que atendam a realidade concreta das necessidades contemporâneas do homem. Nessa “nova” sociedade onde o coletivo carece ser resgatado na perspectiva de valorização do homem sem negar a sua subjetividade; este como parte de um sistema social que se inter-relaciona e se articula na socialização e divulgação dos conhecimentos produzidos, em busca de uma sociedade melhor (LIMA; HORTA, 2008, p. 9).

Como visto, as ciências sociais trabalham com a investigação e a pesquisa sobre os diversos aspectos relacionados ao comportamento humano e como esses comportamentos podem influenciar a estrutura de uma sociedade. Para compreender o funcionamento da sociedade e estudar os fenômenos sociais atuais, investigam-se os aspectos sociais do ambiente, as individualidades e as identidades de uma determinada sociedade.

Entender a pesquisa como prática social de resistência significa reconhecer que, no processo da produção do conhecimento, o pesquisador se envolve em uma rede complexa de sentidos e práticas, reconhecendo que os termos usados para descrever o mundo são artefatos sociais, resultantes dos processos de interação entre as pessoas, em um determinado momento

histórico. Os conhecimentos dependem dos processos sociais e as descrições e explicações sobre o mundo, produzidas nos processos de intercâmbio social, constituem formas de ação social (RASERA; GUANAES-LORENZI; CORRADI-WEBSTER, 2016).

Em relação a pesquisa e as mudanças sociais, é necessário pensar no espaço político, “[...] como ação em um momento histórico em que os discursos e as práticas que proliferam na sociedade são, notadamente, artefatos para legitimar os processos de alienação dos sujeitos em todas as esferas: públicas, privadas, intelectuais, artísticas” (ZANDWAIS; TUTIKIAN, 2009, p. 9), etc. Nessa perspectiva, para que a mulher seja devidamente inserida de forma equitativa em sociedade, é necessário desenvolver práticas de resistência, que confrontem os papéis preestabelecidos de gênero e possibilitem a (re)construção de sua condição enquanto sujeito. Sobre o tema:

É, a partir, portanto, de espaços de tensão entre as correlações de força nas relações de dominação, de confronto deliberado contra os efeitos produzidos pelos discursos “funcionalistas”, “tecnicistas” e universalistas que promovem diferentes processos de des-subjetivação dos sujeitos e de apagamentos de suas condições reais de existência que as práticas políticas de resistência tornam-se não somente necessárias mas também fundamentais para a construção de sociedades menos desiguais e mais emancipadas (ZANDWAIS; TUTIKIAN, 2009, p. 9).

Compreender a condição sociocultural das mulheres, marcada por um contexto de inferioridade e subordinação e desenvolver atividades contribuam para o debate sobre disparidade de gênero em todas as esferas sociais (e aqui se ressalta as disparidades presentes na própria academia e pesquisa científica) é de suma importância para mudar a percepção pública sobre o papel feminino. Nesse sentido, o reconhecimento e a inserção das mulheres no espaço público (seja na política, em posições de liderança e, principalmente na ciência) é uma prática social de resistência: resistir aos papéis de gênero preestabelecidos, resistir a uma sociedade historicamente e culturalmente patriarcal, resistir ao preconceito e ao silenciamento da voz das mulheres e, em consequência disso, quebrar um sistema de dominação do gênero, que foi capaz de subjugar as mulheres durante muito tempo e que continua preservando algumas raízes.

Diante desse contexto, em seguida, serão destacados alguns pontos que demonstram o silenciamento das mulheres na condição de pesquisadoras, partindo de um pressuposto geral (dados que incluem a participação das mulheres em todas as áreas) e findando com a contextualização das mulheres nas ciências sociais.

3.3 Mulheres e pesquisa: dados estatísticos

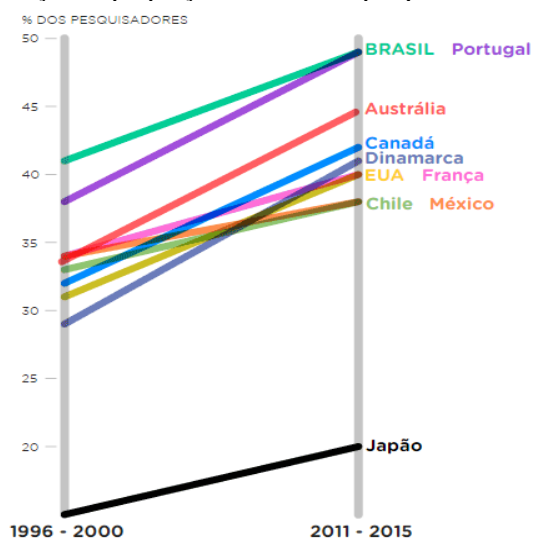
Existem muitas críticas feministas à construção da ciência, uma das principais é demonstrar e denunciar a exclusão e invisibilidade das mulheres nesse contexto. Na década de 1970, muitos estudos voltaram-se para o resgate da história de mulheres cientistas com o intuito de contrariar a ideia majoritária de que as mulheres não teriam capacidade de fazer ciência (os quais eram embasados por teorias sobre diferenças biológicas em relação aos homens, que limitariam seu potencial intelectual e as limitariam à maternidade e os cuidados domésticos) e também para criar modelos que incentivassem e estimulassem as jovens a ingressarem na ciência. Posteriormente, as críticas feministas à ciência têm avançado para indagações a respeito dos próprios pressupostos da ciência moderna, que não foi neutra do ponto de vista de gênero, classe ou raça (SILVA; RIBEIRO, 2019).

Em relação as mulheres na pesquisa científica, questiona-se o forte viés sexista que permeia a ciência que, conseqüentemente, define um certo padrão do sujeito detentor do conhecimento, “o homem branco, heterossexual, capitalista, ocidental como sujeito do conhecimento, os pressupostos epistemológicos que orientam o fazer científico, a forma como são socializados os sujeitos que buscam seguir na ciência [...]” (SILVA; RIBEIRO, 2019, p. 2). Do mesmo modo que as identidades de gênero, a ciência também é uma construção social, produto e efeito de relações de poder.

Conforme dados obtidos na Agência Brasil⁵, o Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres (como autora ou coautora). Embora o número de mulheres pesquisadoras seja crescente se comparado a períodos anteriores, elas ainda não atingiram um grau de equidade em relação aos pesquisadores do gênero masculino, conforme dados obtidos em plataforma digital⁶.

⁵ TOKARNIA, Mariana. Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. **Agência Brasil**, 23 mar. 2019.

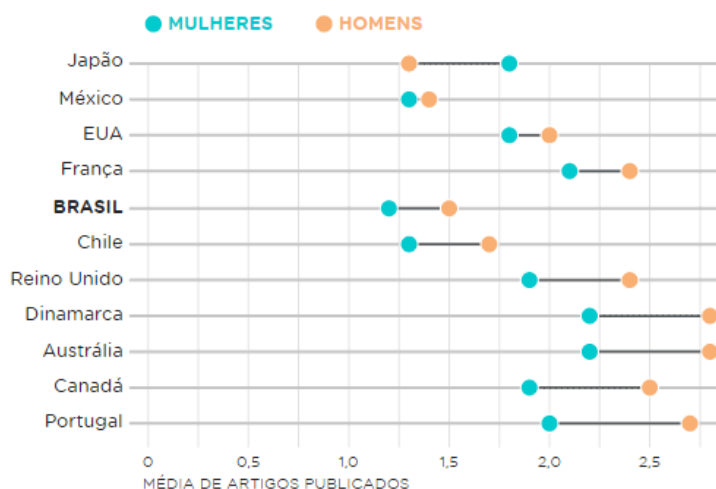
Figura 1- Evolução na proporção de mulheres pesquisadoras no mundo



Fonte: Mariani, Ostetti e Almeida (2017).

Conforme demonstra a figura 1 (datada de 2017), juntamente com Portugal, o Brasil é o país que mais teve crescimento da participação das mulheres na pesquisa científica, a partir da análise de dois períodos: entre os anos de 1996-2000 e 2011-2015. A figura demonstra a porcentagem geral de pesquisadoras (das mais variadas áreas da pesquisa), chegando a um percentual de quase 50% de pesquisadoras do gênero feminino. Embora a maioria dos países apresente um crescimento que ultrapassa a linha dos 35%, observando o Japão, percebe-se que as mulheres pertencem a uma minoria de apenas 20% entre os pesquisadores.

Figura 2- Média de artigos publicados por pesquisador no mundo, no período de 2011 a 2015.

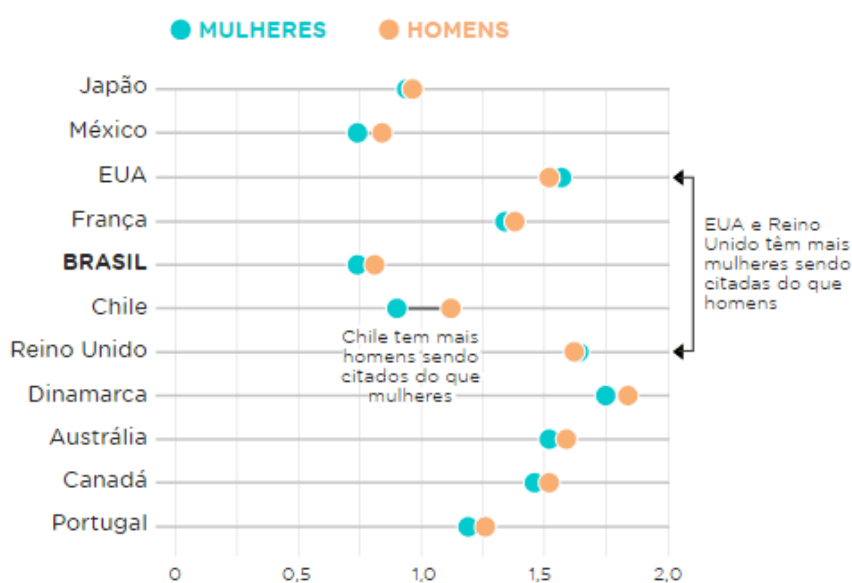


Fonte: Mariani, Ostetti e Almeida (2017).

⁶ MARIANI, Daniel; OSTETTI, Vitória; ALMEIDA, Rodolfo. A participação de mulheres na pesquisa científica. **Nexo Jornal**, 26 abr. 2017.

A figura acima demonstra a média de artigos publicados no mundo, no período de 2011-2015, fazendo uma comparação entre os pesquisadores masculinos e pesquisadoras femininas. A cor azul representa as publicações de mulheres, enquanto a cor laranja representa o gênero masculino. Verificou-se que, embora no Japão as mulheres ainda representem uma minoria entre os pesquisadores (cerca de 20%), é apenas nesse país que a média de publicações do gênero feminino é maior que o masculino. Nos outros países, as publicações dos pesquisadores ainda são preponderantes em relação às pesquisadoras.

Figura 3- Impacto dos artigos por gênero no mundo, no período de 2011 a 2015.



Fonte: Mariani, Ostetti e Almeida (2017).

O “impacto do artigo é uma medida que normaliza as diferenças na atividade de citação por área, tipo de documento e ano de publicação, com referência a uma linha de base global de 1,00” (MARIANI; OSTETTI; ALMEIDA, 2017, p. 2). Esses dados apresentam uma medida que faz uma comparação entre “o número real de citações recebidas por um artigo com o número esperado de citações para documentos do mesmo tipo (artigo, revisão ou processo de conferência), ano de publicação e assunto área” (MARIANI; OSTETTI; ALMEIDA, 2017, p. 2). A figura demonstra que os homens ainda são os mais citados em artigos científicos, com exceção dos Estados Unidos e do Reino Unido, onde as mulheres foram mais citadas nesse período.

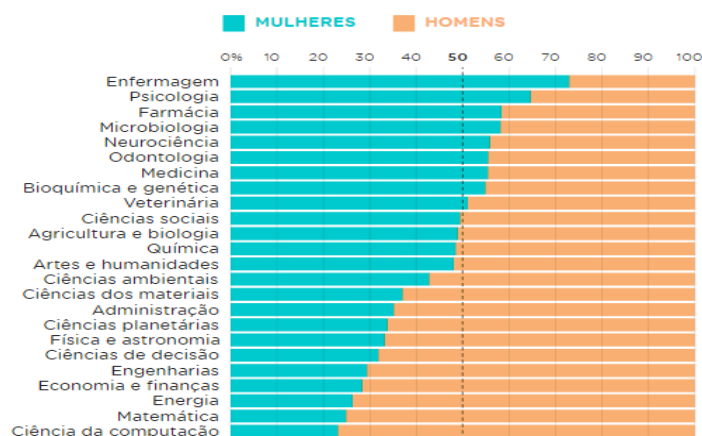
Contudo, deve ser considerado, aqui, que os países em questão (EUA e Reino Unido) são países desenvolvidos (países do Norte). Nesse caso, há de mencionar a compreensão de

Boaventura de Sousa Santos (2009) sobre as epistemologias do Norte e do Sul⁷ na estruturação e construção do conhecimento moderno. Para o autor, há um pensamento preponderante sobre a epistemologia moderna ocidental, que aponta um padrão de hierarquização no qual, assim como as culturas, as epistemologias também foram suprimidas com o processo de colonização. Como resultado, haveria uma supervalorização, também, das pesquisas científicas dos países do Norte - países desenvolvidos - em detrimento dos países do Sul - os colonizados (SANTOS; MENESES, 2009).

Nesse cenário, há uma defesa da ecologia de saberes, onde o reconhecimento das Epistemologias do Sul surge com o propósito de demonstrar uma visão de mundo variada e diversificada, em relação às culturas e saberes, mesmo que no decorrer da história, tenha se sobreposto uma forma de conhecimento pautada na hierarquia da ciência moderna, desconsiderando os outros saberes, sufocando e silenciando saberes locais.

Não há como explicar de forma exata se a maior citação de pesquisadoras nos Estados Unidos e Reino Unido (países do Norte) ocorre em decorrência da valorização da ciência moderna desses países, o que, conseqüentemente, ocasiona uma abertura da participação feminina na ciência. Contudo, é uma possibilidade a ser considerada (e melhor estudada), tendo em vista que nos países característicos das Epistemologias do Sul, a participação de pesquisadores masculinos ainda é dominante em detrimento das mulheres.

Figura 4- Gênero dos pesquisadores por área no Brasil, no período de 2011 a 2015.



Fonte: Mariani, Ostetti e Almeida (2017).

⁷ Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobreposição em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). (SANTOS; MENESES, 2009, p 12-13)

A figura acima, que apresenta dados de 2011-2015, demonstra que a presença das mulheres predomina na área da saúde e da veterinária. Nas ciências sociais, as mulheres praticamente atingiram os mesmos índices que os homens, representando cerca de 49% dos pesquisadores. Contudo, nas áreas das ciências exatas, tais como a engenharia, matemática, economia e ciência da computação, há uma minoria de mulheres na pesquisa científica, o que exterioriza o contexto de desigualdade de gênero no qual as mulheres estão inseridas. “Em 2013, as mulheres constituíam entre 44% e 54% dos diplomados para todos os países comparados, exceto Japão, onde 33% dos diplomados eram mulheres (considera-se equilíbrio de gênero quando mulheres compõem entre 40% e 60% de qualquer grupo)” (MARIANI; OSTETTI; ALMEIDA, 2017, p. 3).

Não obstante ao crescimento do percentual de mulheres em algumas áreas da pesquisa, há muitos desafios a serem enfrentados para a abertura do espaço público às mulheres de forma igualitária em todas as áreas científicas. Um grande problema, não apenas no caso específico da participação feminina na pesquisa científica, mas também nas mais variadas formas de inclusão da mulher no espaço público e na aquisição das mesmas posições e cargos que homens com formação igual, é o preconceito fundado no sexismo. As raízes de uma sociedade patriarcal, fundadas na dominação e submissão do gênero feminino pelo gênero masculino, são predominantemente responsáveis pelo silenciamento das mulheres que, em suas trajetórias, não enfrentam apenas os obstáculos enquanto pesquisadoras, mas precisam estar em constante luta contra o sexismo e a misoginia, que tendem a desqualificá-las como mulheres da ciência.

Mesmo que suas vozes e reivindicações tenham sido silenciadas e, até hoje, persistam pensamentos que não permitam que a mulher saia da esfera privada e esteja limitada ao doméstico, é necessário quebrar esses paradigmas e contrariar preconceitos que definem a sociedade patriarcal. A produção de conhecimento feita por mulheres deve ser igualmente valorizada pela sociedade. Assim, compreende-se que a inserção das mulheres na ciência é uma forma de luta: busca-se ser ouvida quando a sociedade a silencia, busca-se o sucesso quando seu trabalho é desqualificado em virtude do gênero, busca-se o espaço público quando o sexismo limita suas atribuições ao meio doméstico. Ser mulher e ser pesquisadora é, sem dúvidas, uma das maiores práticas de resistência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resistência, no dicionário⁸, é “o ato ou efeito de resistir”, a “capacidade que uma força tem de se opor a outra”, a “defesa contra uma investida” ou “recusa do que é considerado contrário ao interesse próprio” e a “**não aceitação da opressão**” (grifo nosso). Transcender, conforme o dicionário⁹, significa ir além do ordinário, exceder a todos. Em um sentido filosófico, seria ir além dos limites do conhecimento, o que pode ser trazido para a realidade sociocultural das mulheres: transcender seria ir além dos paradigmas já impostos, buscando novas perspectivas e (re)significando os papéis dos gêneros, não aceitando a opressão predominantemente masculina quanto a produção de conhecimento científico ou qualquer outro aspecto da vida em sociedade.

Mudar conceitos e hábitos estabelecidos há muito tempo não é uma tarefa fácil. Superar a interpretação de que a mulher é voltada ao espaço privado, intrafamiliar e doméstico, bem como deixar de ser o “segundo sexo”, o “frágil”, a “bruxa”, a “costela de Adão”, o objeto, a propriedade, vai muito além de (re)significar paradigmas, mas sim, estabelecer novas crenças e convicções que possam ser difundidas em sociedade. É necessário estar ciente de que toda mudança encontra resistência: admitir que mulheres tenham voz, que pertençam ao espaço público, que não se limitem à submissão, embora pareça um direito óbvio, encontra muita recusa por grande parte da sociedade. No entanto, lutar pela inserção de mulheres no espaço público, em especial, na ciência, é transcender e combater a opressão das crenças limitantes que privam as mulheres da igualdade, que é direito constitucionalmente garantido¹⁰.

Diante disso, o estudo de temas referentes a gênero e ao espaço destinado às mulheres é uma prática social de resistência, pois é de crucial importância para definir quais são e como se articulam as formas de dominação das mulheres, os meios de opressão e silenciamento das demandas específicas do gênero. Muito além de definir legislações que garantam a igualdade formal às mulheres, é necessário que a igualdade material seja conquistada, por meio da (re)construção dos papéis de gênero em sociedade, da cultura opressiva, e de meios que garantam a inclusão da mulher no espaço público, que é o lugar onde a mulher passa a ter voz para reivindicar seus direitos.

⁸ RESISTÊNCIA. In: DICIONÁRIO MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.**

⁹ TRANSCENDER. In: DICIO. Dicionário Online de Português.

¹⁰ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...].

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2 out. 2020.
- CELMER, Elisa Girotti. **Feminismos, discurso criminológico e demanda punitiva**: uma análise do discurso de integrantes de organizações não governamentais feministas sobre a lei 11.340/06. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. **Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião**, Universidade Federal da Bahia, 2000. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- FERRAZ, Liz de Oliveira Motta. Na contramão do conhecimento científico sexista: direções alternativas na perspectiva de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 92, jan., 2009.
- FREITAS, Erani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade LTDA, 2011.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra; HORTA, Rita de Cássia Alves. As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã. **Encadernos CES**, Coimbra, fevereiro de 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1359>. Acesso em: 01 set. 2020.
- MARIANI, Daniel; OSTETTI, Vitória; ALMEIDA, Rodolfo. A participação de mulheres na pesquisa científica. **Nexo Jornal**, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/04/26/A-participa%C3%A7%C3%A3o-de-mulheres-na-pesquisa-cient%C3%ADfica>. Acesso em: 02 set. 2020.
- MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso**: os princípios da pesquisa. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2001.
- PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, I, 2010. **Anais...** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

PETERSEN, Áurea. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: STREY, Marlene; *et al.* **Gênero por escrito**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RASERA, Emerson; GUANAES-LORENZI, Carla; CORRADI-WEBSTER, Clarissa. Pesquisa como prática social: o pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. **Athenea Digital**, v. 16, n. 2, p. 325-347, 2016.

RESISTÊNCIA. In: DICIONÁRIO MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/resist%C3%Aancia/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. **Labrys Estudos Feministas**, n. 10, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://sexualidadeescola.furg.br/biblioteca/livros/category/1-artigos?download=12:participacaomulheres>. Acesso em: 01 set. 2020.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento Feminina e suas repercussões no direito brasileiro. In: Congresso Nacional do Conpedi, 24, 2015, Belo Horizonte. **Anais Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito**, Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

TRANSCENDER. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/transcender/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TOKARNIA, Mariana. Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. **Agência Brasil**, 23 mar. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil>. Acesso em: 01 set. 2020.

ZANDWAIS, Ana; TUTIKIAN, Jane. Apresentação. **Organon**, Porto Alegre, n. 47, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29505/18190>. Acesso em 7 out. 2020.